



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS

REQUERIMENTO Nº 159 /2026

Assunto: Requer informações complementares acerca da alteração do modelo de gestão, transporte e destinação dos resíduos sólidos do Município, bem como sobre os fundamentos administrativos, jurídicos e financeiros que motivaram a substituição dos serviços anteriormente executados por meio do Contrato nº 097/2023.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e no exercício da função fiscalizatória atribuída ao Poder Legislativo pelo artigo 31 da Constituição Federal, REQUEIRO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que encaminhe as seguintes informações e documentos:

1. Informar qual decisão administrativa, ato formal, parecer técnico, manifestação jurídica ou estudo de viabilidade fundamentou a alteração do modelo de gestão, transporte e destinação dos resíduos sólidos anteriormente executado por meio do Contrato nº 097/2023, encaminhando cópia integral dos respectivos documentos.
2. Informar quais serviços previstos e executados no Contrato nº 097/2023 deixaram de ser realizados, quais passaram a ser executados pelo modelo atualmente adotado e a data exata em que ocorreu a transição operacional.
3. Informar qual instrumento jurídico atualmente fundamenta a execução dos serviços de transporte, recebimento e destinação final dos resíduos sólidos do Município, encaminhando cópia integral do respectivo contrato, convênio, contrato de rateio, termo de cooperação, credenciamento, ajuste operacional ou outro instrumento equivalente.
4. Informar os custos totais suportados pelo Município nos últimos 12 (doze) meses de execução do Contrato nº 097/2023 e os custos totais suportados após a implantação do modelo atualmente adotado, discriminando os valores mensais, valores por tonelada e respectivos favorecidos dos pagamentos.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

5. Informar quais benefícios econômicos, operacionais, técnicos e ambientais foram considerados pela Administração Municipal para justificar a alteração do modelo anteriormente adotado, encaminhando os estudos, relatórios, pareceres ou documentos comprobatórios existentes.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento decorre da necessidade de complementação das informações prestadas pelo Poder Executivo em resposta ao Requerimento nº 134/2026.

Embora tenham sido encaminhados documentos relacionados à destinação ambiental dos resíduos, incluindo licenças, declarações e Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs), permaneceram sem esclarecimento questões essenciais relacionadas à legalidade administrativa, motivação dos atos praticados, economicidade da decisão e transparência da gestão pública.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 31, que compete ao Poder Legislativo exercer o controle externo da Administração Pública Municipal, cabendo aos Vereadores fiscalizar os atos do Poder Executivo e zelar pela correta aplicação dos recursos públicos.

Da mesma forma, o artigo 37 da Constituição Federal impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, exigindo que toda decisão administrativa relevante seja devidamente motivada, documentada e demonstrada sob a ótica do interesse público.

A alteração de um modelo de prestação de serviços públicos envolvendo transporte e destinação de resíduos sólidos não constitui ato meramente operacional, mas decisão administrativa de relevante impacto financeiro, ambiental e contratual, razão pela qual deve estar amparada por estudos técnicos, pareceres competentes, atos formais de autorização e demonstração de vantajosidade para o Município.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

A resposta anteriormente encaminhada demonstrou a operacionalização da destinação dos resíduos, porém não esclareceu de forma objetiva quais fundamentos administrativos motivaram a alteração do modelo anteriormente executado por meio do Contrato nº 097/2023, tampouco apresentou de forma clara os elementos necessários para aferição da economicidade, eficiência e regularidade da decisão adotada.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tem reiteradamente destacado que a Administração Pública deve demonstrar não apenas a legalidade formal de seus atos, mas também a motivação, a transparência e a comprovação do interesse público envolvido nas decisões que impliquem alteração de contratos, substituição de modelos operacionais ou aplicação de recursos públicos.

Dessa forma, o presente requerimento busca assegurar a plena transparência administrativa, permitir o adequado exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo e garantir à população o conhecimento dos fundamentos que justificaram a alteração do modelo de gestão dos resíduos sólidos do Município.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 08 de junho de 2026



VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

PROTOCOLO 00567/2026 – 08 06 2026

LIDO E APROVADO EM S.O – 09- 06-2026